

RELATORIA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA E AO FUNCIONAMENTO DO ATUAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ATENÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL

LOCAL: Auditório da Biblioteca Hans Cristian Andersen.
Av. Celso Garcia, 4142 – Tatuapé – São Paulo – SP.
23 de agosto de 2014 / 16h às 19h.

Relator: Belchior Torres.

Phamela Godoy (Coordenação de Políticas LGBT - CPLGBT): Faz uma breve explanação de como se dará as atividades do dia, informa que a audiência esta sendo gravada e relatório em elaboração, repassa a fala para Alessandro Melchior, Coordenador de Pol. LGBT Municipal antes de iniciar com a apresentação da proposta de minuta para que o mesmo possa fazer sua saudação aos participantes.

Alessandro Melchior (Coordenação de Políticas LGBT - CPLGBT): Inicia enfatizando a importância de todos e todas estarem presentes neste momento, sobretudo os participantes novos que estão tendo esse primeiro contato com o Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual – CMADS. Ressalta que hoje poucas pessoas acompanham efetivamente as reuniões da atual formação do CMADS. Informa que esta não é a única vez que o conselho esta passando por reestruturação, esta já é a quinta intervenção, e é uma intervenção participativa, pois estamos na 2ª Audiência Publica para este fim, além do espaço on-line de consulta publica que ficará no ar até o dia 05 de setembro de 2014 e repassa o site da mesma: consultaconselhoigt.prefeitura.sp.gov.br, então, além do processo de dialogar presencialmente com as pessoas através dessas audiências, temos também o espaço on-line onde qualquer um pode contribuir com cada artigo proposto na minuta, este processo é importante não apenas pela participação direta da população, mais também, um processo de transparência de todas as etapas de mudança deste decreto e ao final do mesmo será apresentado um relatório com todos os passos deste processo de mudança. Uma das grandes relevâncias que o conselho passará a ter maior controle social, sendo um conselho deliberativo não somente consultivo como atualmente, com secretaria executiva e vice-presidência. Acreditamos que o conselho possa expressar a diversidade que é o movimento LGBT de São Paulo, suas formas coletivas e individuais de organização e finaliza divulgando o projeto WikiPraça que terá ações periódicas na praça do Arouche durante seis meses.

Phamela Godoy: Dando inicio ao processo da audiência Phamela faz um resgate de como se deu todas as etapas até o presente momento, ressalta que parte dessas etapas Alessandro Melchior explanou em sua fala e acrescenta as principais mudanças que o conselho passará a ter depois que o decreto entrar em vigor, entre essas: a mudança de nome para Conselho de Políticas LGBT, desde o inicio do ano passado a Coordenação de Pol. LGBT – CPLGBT já vinha avaliando a necessidade de fazer mudanças na estrutura deste conselho, principalmente no que desrespeito ao empoderamento do próprio conselho, suas atribuições e participação social. E como foi que chegamos no dia de hoje;

Inicialmente tivemos um debate durante as reuniões do conselho, onde foi definido uma comissão de redação desta minuta, hoje apresentada, composta por três membros do conselho, três membros da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, um representante da Câmara Municipal e uma pessoa da sociedade civil que não participa do conselho.

Esse coletivo fez a primeira proposta do texto onde foi apresentado em reunião ordinária do conselho e durante este momento outros membros contribuíram com algumas sugestões para o texto, que foram incorporadas e culminadas nesta versão apresentada hoje e que esta em consulta desde o dia 04 de setembro. Phamela explica como se dará o procedimento de hoje; Será feita à leitura da minuta que esta em consulta e após a leitura o microfone ficará a disposição dos participantes, Juliana Sá ficará com os microfones e fará às inscrições das falas, Phamela informa que não haverá tempo de fala, porém ressalta a importância da objetividade das mesmas em decorrência do tempo e respeito aos presentes que também iram explicar suas contribuições/sugestões para garantir que todos possam participar. Quem não desejar falar, mais gostaria de contribuir Juliana Sá ficará também com ficha de sugestões para que cada participante possa anotar suas propostas e informa que o teto da reunião irá até às 19h por conta de acordo com a instituição anfitriã. A leitura da minuta é iniciada e os participantes acompanham visualizando através de projeção (Data-show). No início da proposta Phamela Godoy faz uma observação em relação à proposta de alteração do nome do Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual para Conselho Municipal de Políticas LGBT e informa que essa alteração acompanha também a mudança de nome da Coordenação de Políticas LGBT que anteriormente era denominada Coordenação de Políticas de Atenção para a Diversidade Sexual - CADS. Informa que no Art.1º tem uma das principais propostas para o conselho que é torná-lo um conselho deliberativo, não apenas consultivo, garantindo assim a ampliação de seus poderes. É ressaltado que no Art.5º o texto sugerido apresenta três propostas de composição conforme debatido junto à comissão responsável pela criação desta proposta de minuta.

Após leitura Phamela enfatiza que esta é a proposta que foi para consulta pública e abre para falas, solicita que todos possam usar o microfone para garantir qualidade do áudio na gravação.

Jairo Basílio (União de Núcleos, Associações e Sociedade de Heliópolis - UNAS): Sugere que o conselho possa pensar melhor a respeito do Art.4º, XII, pois outros conselhos não conseguem acompanhar plenamente esta sugestão e que este conselho possa realmente efetivar esse acompanhamento.

Felipe Oliva (Conselheiro Municipal LGBT): Se apresenta e faz uma breve saudação aos participantes, fala de um ponto específico que é a questão da paridade, defende que a sociedade civil tenha 20% a mais de representantes que o Governo, enfatiza que a função do conselho é prioritariamente fiscalizadora, portanto defende que se o conselho é a

“voz” da sociedade civil é importante que a sociedade civil garanta maior representatividade no conselho. Questiona também as afinidades entre representantes da sociedade civil com o Governo, acredita que a paridade juntamente com essa afinidade entre Governo e sociedade possa prejudicar a legitimidade e autonomia do conselho em ser fiscalizador, para tanto, defende que 20% dos representantes da sociedade civil possam ser maiores que o número de representantes do Governo.

Luiz Fernando (Instituto Brasileiro de Transmasculinidade - IBRAT): Se apresenta, diz que é a primeira vez que esta participante da audiência e fala que tem participado via internet da consulta. Questiona sobre orçamentos do Governo dentro do conselho e que tipo de orçamento é este já que o mesmo não é especificado, gostaria de maiores detalhes sobre este assunto.

Pergunta também sobre ações educativas, pergunta quais parcerias o conselho pretende fazer para desenvolvê-las, envolve secretarias municipais, universidades, envolve eventos ou material gráfico com proposta educativa, treinamento com profissionais, o que exatamente esta sendo sugerido? Questiona como se dará o processo de prestação de contas do conselho, se será feito anualmente, semestralmente, através de audiências, divulgações na internet?

Gostaria que fosse feita uma correção no texto que fala sobre gênero, o mesmo especifica identidade de gênero. Acredito também que o conselho não deva ser hierarquizado, sugiro uma forma de gestão mais colaborativa, acredito que poderia funcionar por coordenações.

Phamela Godoy: Vamos combinar da seguinte forma, a cada três perguntas responderei os questionamentos, assim fica melhor para acompanharmos e garantir que todas as questões sejam respondidas. Como Jairo não se encontra responderei o Luiz Fernando em relação a gênero, realmente não consta (Cap. II, Art.5º II, letra C), é um erro do texto, se analisarmos os demais capítulos e artigos consta identidade de gênero, Luiz Fernando tem toda razão e será feita a correção. Outra questão que Luiz Fernando coloca é sobre a prestação de contas públicas do conselho, este ponto é explanado no Art.4º, XIV, das atribuições e competências onde o conselho se compromete na elaboração de relatório anual que será apresentada em audiência pública. Em relação às ações educativas tem um ponto que gostaria de explicar, nós estamos discutindo a estrutura do conselho, como ele vai funcionar e o que ele irá fazer, não estamos debatendo as ações particulares e pontuais do conselho, isso cabe aos conselheiros em seus respectivos mandatos.

Wemerson Lima (Conselheiro Estadual LGBT e União de Núcleos, Associações e Sociedade de Heliópolis - UNAS): Foram apresentadas três propostas sobre a composição do conselho, a primeira proposta não contemplou travestis e transexuais, só que na terceira ela contempla.

Phamela Godoy: Na verdade consta nas três propostas, o que não contempla nas duas primeiras é transgênero porque foi uma decisão da comissão de redação, inclusive Felipe Oliva que estar aqui presente faz parte, foi feita uma discussão que transgênero não é uma identidade política, mas travestis e transexuais estão em todas as propostas.

Wemerson Lima: Sobre o processo de eleição, o que da a entender, será criada ainda uma comissão eleitoral pra isso? Essa comissão que esta hoje vai criar uma comissão para as próximas eleições? Essa é minha dúvida.

Mariana Piazzolla (Coordenação de Políticas de Participação - SMDHC): Gostaria de fazer minha fala pontuando algumas questões que foram apresentadas por Felipe Oliva, acredito que exista um pouco de confusão em relação ao conselho e suas competências e o seu espaço, hoje o conselho esta com o espaço consultivo, entendemos que consultivo não é a mesma coisa que fiscalizador, ele tem a função de monitorar e de opinar, o que não significa uma função de fiscalização. A proposta nova agora é que tenhamos um espaço mais deliberativo, para que isso ocorra, e diante de um trabalho que fizemos ano passado em um grupo de participação, consideramos que é importante a paridade entre sociedade civil e Governo porque independente do Governo em atividade o conselho não irá se fragilizar, é uma forma que garante a participação independente de gestão e as deliberações do conselho.

Renata (mulher Trans, militante independente): Participo de reuniões e de fóruns, estava ouvindo e não entendo muito sobre o meio jurídico, mas pelo que compreendo é que um conselho é fiscalizador, então me pergunto, se eu colocar membros do Governo dentro de uma instituição dessas é no mínimo estranho como se dará esse processo de fiscalização, nunca ouvi falar que um conselho tivesse membros de Governo, é a primeira vez que escutei até o momento. Em minha opinião sou extremamente contra essa proposta, sou a favor que a sociedade civil corra atrás de seus direitos.

Phamela Godoy: Primeiro gostaria de responder ao Jairo que não estava presente quando estava respondendo anteriormente sobre a questão do ciclo orçamentário, o que estamos propondo é que o conselho seja consultado referente ao ciclo orçamentário, hoje isso não consta na legislação do conselho, não sei se isso foi feito anteriormente, porém, o que vamos garantir é que seja inclusa através de lei, o que legitima o processo, sobre a eleição o Luiz Fernando e Wemerson Lima questionaram como se dará o processo, estamos fazendo hoje a discussão sobre o decreto que irá estruturar o conselho, o Art. 12º menciona a criação da comissão eleitoral que não esta diretamente relacionada com a comissão responsável por este processo de redação, é uma comissão que será composta dentro do conselho e o mesmo irá decidir a quantidade de pessoas e como isso se desenvolverá, este assunto não foi abordado ainda porque primeiro será estruturado o conselho e só depois será decidido o processo eleitoral, não da pra definir eleições do conselho se ele ainda não esta estruturado, o mandato do conselho acaba em novembro e se até o momento o decreto não entrar em vigor esse mandato será prorrogado e ai se debate a composição eleitoral e sua composição, o que foi definido é que as eleições serão diretas.

Fuh Miguel (Família D'Matthah): Sou representante da família D'Matthah, trabalho no Centro de Referência da Diversidade - CRD, no Centro, acho interessante que a audiência seja na Zona Leste, fico feliz de participar da mesma, sabemos da importância que esta região tem para a população LGBT, além da carência de atenção. Gostaria de colocar algumas questões, primeiro, acho importante uma composição paritária, acredito que nenhuma gestão vai dar seriedade a um conselho que tenha menos representação do que o Governo, temos que pensar que as pessoas que compõem o Governo são representantes da sociedade civil dentro da SMDHC, elas não compõem simplesmente o Governo, estão lá para nos representar e serem a ponte entre sociedade civil e Governo, entre o conselho e o Governo, então não devemos fazer terrorismo sobre a composição do conselho, pra ser um conselho deliberativo ele tem sim que ser paritário se não fica difícil. Outra questão que quero falar é sobre a composição hoje, acho interessante a proposta em respeitar na sua composição homens e mulheres bissexuais, homens e mulheres Trans, outra questão também é sobre ONGs e coletivos, parte das pessoas presentes tiveram suas primeiras formações em ONGs e isso deve ser reconhecido, acredito que uma composição com diversas representatividades não irá prejudicar a ninguém, você não tira o direito, você só aumenta. Outro ponto são os coletivos universitários e famílias LGBTs, são novas formas de organização que devem ser valorizadas, é importante também dar visibilidade a esses movimentos.

Elvis Stronger (Família Stronger): Boa tarde a todos, primeiramente gostaria de ler uma carta de repúdio ao Felipe Oliva porque em uma reunião do Conselho ele mencionou que as famílias LGBTs eram facilmente copiladas e isso me ofendeu realmente. E nesta carta colocamos assim:

"Ilustríssimos senhores e senhoras, gostaríamos de manifestar nosso repúdio ao suplente do Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual, Felipe Oliva, pois nos sentimos completamente ofendidos com o mesmo em uma reunião do conselho municipal LGBT nos insultou dizendo que as famílias e coletivos eram facilmente copiladas pelo Governo, não compactuamos com esse tipo de pensamento, pois entendemos que somos seres que sabemos pensar por nós mesmos e temos o direito de discordar de qualquer assunto em questão pois a família Stronger é um grupo de aproximadamente 350 jovens que se reúnem no Largo do Arouche todos os domingos a mais de dez anos, e também, fazemos vários outros tipos de eventos, como o cine diversidade no Grajaú, que é o extremo da Zona Sul o bloco dos Stronger na banda do fuxico e o protesto como o caso do Kaique, são alguns exemplos de nossas atividades e queremos deixar aqui bem claro que não somos cooptados por Governos e nem por nenhuma organização, seja ela ONGs ou seja ela o que for. Pois achamos desnecessário usar desse tipo de artifício para defender qualquer tipo de tese ou assunto."

O texto em questão vai estar disponível para todos via internet, vou passar para o Coordenador de Políticas Públicas LGBT, Alessandro Melchior pedindo que ele protocole na Secretaria de Direitos Humanos.

Agora gostaria de falar sobre o texto, estou analisando o mesmo desde que esta sendo formado e concordo sim que deva existir paridade na composição entre Governo e

sociedade civil e como já foi falado, acredito que o Governo não irá levar a sério algo que não tem paridade.

Felipe Oliva: Em relação à nota, gostaria de contextualizar minha fala, não foi minha intenção ofender nenhuma das famílias LGBTs que acredito que fazem um trabalho bacana, realmente esta não foi minha intenção. Gostaria de contextualizar minha proposta, quando fiz minha crítica a proposta deste artigo, que inclusive é uma demanda tirada das conferências municipais que outras pessoas participaram, pelo fato de ONGs muitas vezes fornecerem serviços e isso muitas vezes torna uma relação muito estreita entre Governo e organizações, meu foco principal é com ONG que é financiada pelo estado e mais fácil de ser cooptada e não estou absolutamente descreditando os trabalhos das ONGs, em regra elas não são cooptáveis, pessoalmente acho que seria impraticável que um conselho fosse feito apenas entre sociedade civil. Sobre a questão da paridade, a justificativa apresentada pela representante do Governo aqui foi, você me corrija se estiver errado, se colocarmos mais gente da sociedade civil que Governo não funciona, essa é minha interpretação, mas acho que isso é uma questão a se pensar. Só pra resumir, minha crítica, referi as ONGs e não as famílias.

Phamela Godoy: Só esclarecer uma coisa na fala do Felipe Oliva que a proposta não é do Governo e sim da comissão do conselho, não foi consenso entre todos na reunião apresentada, mas foi da maioria, portanto uma proposta da comissão deliberada em reunião. Gostaria de aproveitar e agradecer ao pessoal de Guarulhos, Guilherme e Luciana, que vieram acompanhar a reunião, obrigada.

Agora gostaria de ler uma proposta escrita que foi entregue por Wellington: Deixar claro a obrigatoriedade de uma conferência municipal LGBT para o mandato do conselho, para que haja real fortalecimento.

Renato (União de Núcleos, Associações e Sociedade de Heliópolis - UNAS): Gostaria de falar sobre as conferências municipais LGBTs, sou conferencista desde 2005. Gostaria de fazer uma proposta que se tenha uma comissão especial sobre as conferências dentro do conselho que acompanhe as deliberações e encaminhamentos das conferências LGBTs, porque, como podemos requerer direitos se não acompanhamos o que demandamos nas conferências passadas? Isso é muito importante pra que a gente não fique na mesmice de ficamos sempre nas mesmas propostas.

Gerô (Mulher Trans moradora de Heliópolis): Boa tarde a todas e todos eu sou a Gerô, moro em Heliópolis há 29 anos, milito na causa LGBT há 25 anos e faço parte do conselho participativo do Ipiranga, hoje estou aqui para conhecer um pouco mais dessas questões do conselho municipal LGBT, e gostaria de afirmar que as ONGs nem todas se corrompem, eu por exemplo estou em uma ONG há 25 anos, que em regime de CLT trabalha 660 pessoas e atuamos em todas as áreas, moradia, saúde e educação, o foco é criança e adolescentes, inclusive, sou diretora de um CCA – Centro da Criança e Adolescente que atende 180 crianças por dia, e sou educadora muito respeitada na comunidade. Proponho

que abramos uma discussão muito séria sobre a questão de que todas as travestis e transexuais tenham que trabalhar como cabeleireira ou profissional do sexo, não tenho nada contra, mas a sociedade acha que agente serve pra isso, temos que desconstruir isso, somos capazes de atuar em outras áreas. Devemos fazer um trabalho para os nossos jovens e adolescentes que são homossexuais que esses possam concluir o ensino fundamental e médio e que não saiam das escolas. Estou muito triste, um espaço grande como este e um assunto pertinente, cadê o povo? É muito importante que exista paridade dentro do conselho e gosto que tenha representações de vários seguimentos. Participo de conselhos e todos os conselhos que participo e conheço os mesmos são compostos por Governo e sociedade civil, é muito interessante que se tenha representatividade de ambos.

Gilvan (Representante do Sindicato dos Professores): Boa noite, sou professor da rede estadual, sou deficiente e milito nessa proposta. Educação é muito séria, fico triste sim com a quantidade de participantes, educação tem que estar presente porque isso envolve o meu adolescente e familiares do mesmo, muitos professores não sabem conversar com os alunos sobre diversidades e movimento LGBT. Podemos convidar a coordenação pra agendar um momento com os jovens, é muito bom debater sim, fico feliz por ter muita gente jovem aqui presente, a escola é um dos espaços que surge a homofobia e devemos desenvolver ações que revertam esses incidentes para garantir que jovens homossexuais possam concluir seu ciclo escolar.

Hélcio Beuclair (Militante independente): O que tenho pra questionar sobre o texto é nada, parabeno o texto, estamos aí criando, acho muito importante que as cadeiras tenham espaço para todas as siglas LGBT. Convido a todos que possam acompanhar a reestruturação também da Associação Organizadora da Parada que é uma organização muito importante para nós LGBTs, busquem informações, para que se cumpram as ações. Parabéns.

Alessandro Melchior: Queria bem rápido aqui abordar algumas questões que foram apresentadas, a primeira é uma questão de concepção que a Renata e o Luiz trazem a partir da fala do Felipe Oliva, ou seja, o Conselho Municipal LGBT de São Paulo, atualmente denominado Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual, ele não foi criado e nem esta se propondo em ser essencialmente fiscalizador, só pra não correremos o risco de confundir funções, tanto em sua discussão inicial quanto nesse que estamos fazendo agora é que o papel preponderante do conselho é ser um conselho de controle social, de pactuações, nesse sentindo a presença do Governo é importante, não se faz pactuações sem o Governo a não ser que seja um espaço só da sociedade civil, se for apenas um espaço da sociedade civil não é necessário um decreto, não precisa da prefeitura e não precisa de um espaço como este para deliberar isso. Por exemplo, as Travestis e transexuais tem o fórum paulistano para deliberar suas demandas e não necessitou de intervenções do Governo para existir, as representantes da sociedade civil desde espaço tem total autonomia para deliberar, agora este espaço, o conselho, é um espaço de pactuações e por ser de pactuação necessita do Governo e por isso é necessário haver paridade, faço parte de conselhos há bastante tempo, durante minha experiência nesses

espaços nenhuma representação do Governo se faz presente mais que a sociedade civil, particularmente nunca vi isso ocorrer, estou afirmando que na prática a presença da majoritária dos conselhos tem sido da sociedade civil, este é um ponto. O segundo ponto que estamos propondo é um conselho deliberativo, e nenhum conselho deliberativo no Brasil tem maioria da sociedade civil, porque, as pessoas vão chegar ao espaço e simplesmente demandar do Governo, porem essas demandas dependem de prazos, orçamentos, regras da legislação, então não existe esse tipo de composição, por isso é importante a paridade e dentro do Governo não existe um bloco monolítico, existem secretárias com opiniões diferentes, já vi isso ocorrer em vários espaços, a exemplo temos o caso do autorama que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania acha importante a reabertura porem é necessário demandar com a Secretaria do Verde e Meio ambiente que no momento é contra a abertura do espaço, são duas instituições do mesmo Governo com opiniões diferentes e neste aspecto a sociedade civil tem também suas diferentes opiniões. Pra finalizar, gostaria de registrar a importância que é a mudança de composição do Conselho em envolver diversas organizações, sejam indivíduos, colegiados ou instituições. Aqui podemos enfrentar o factóide, as pessoas estão vendo como este processo esta se desenvolvendo, a honestidade de poder fazer esse debate olho no olho e sem vergonha, não tenho dúvidas, são poucos os Governos que tem essa tranquilidade.

Dediane Souza (Centro de Combate a Homofobia - CCH): Coordeno o CCH de São Paulo, vendo as falas a gente fica refletindo sobre as políticas que serão construídas e traçando no Brasil nas últimas décadas mais fortemente, esse debate vem se fortalecendo para além da democracia que estamos construindo. Estamos trazendo hoje um modelo de organicidade do conselho que estar sendo construindo de forma coletiva que é esse processo de participação social e isso é fundamental. Temos que refletir os papéis dos espaços e não confundi-los, o papel das redes, dos fóruns e nossas organizações é o papel do estabelecimento de idéias e convicções que refletem sobre o processo de elaboração da política, quando falamos de um espaço chamado pelo Governo de controle social, é um espaço de construção de política, temos outras formas de organicidade e o conselho é o espaço de discussão entre sociedade civil e Governo e acredito que estamos avançando muito em relação a isso.

Marcos (Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo - APOGLBT): Boa tarde a todos sou da Associação da Parada LGBT de São Paulo, já participei do primeiro mandato do Conselho Federal LGBT e fiquei preocupado com a questão que Felipe Oliva trouxe aqui, precisamos desmistificar algumas coisas em relação a participação do Governo ou não dentro do conselho, não é porque é Governo que este ficará omissos de nossas propostas, o Governo não tem o domínio do conselho e muito menos pretende abafar a voz da sociedade civil. Para finalizar contamos com o apoio de todos para a construção e reestruturação da APOGLBT, reforçando o que o amigo Hércio Beuclair falou.

Manuel: Não tenho muita propriedade sobre o assunto e lamento muito que em um espaço como este as pessoas não participam, mas por quê? Porque não foram convidados? Não! Porque não tem comprometimento consigo mesma! Aqui é um espaço

aberto, espaço este que vemos poucos, quantas travestis temos aqui? Não estamos aqui defendendo o direito do prefeito, estamos aqui defendendo o nosso direito, não importa o local onde seja realizada a atividade, são as pessoas que estão desinteressadas mesmo, se falar em festa vão vários, mas quando se fala em luta, em mudanças sociais, renovação, não participa ninguém. Vamos trabalhar mais coletivamente porque sozinho representando minha organização não dá, temos que trabalhar juntos é isso que gostaria de colaborar.

Nicolle Mahier (Fórum Paulista de Travestis, Transexuais e Transgêneros): Atualmente estou à frente do Fórum Paulistano de TTTs, porém estou falando como militante, primeiro ponto, não levo em conta a inclusão de cadeiras para transgêneros, pergunto, cadê esses transgêneros? Na audiência anterior estive presente a Susy Diamante que só foi esse dia, sobre ONGs e Coletivos devem ter apenas uma cadeira e três para cada gênero da sigla LGBT, essas são as minhas sugestões que neste sentido discorda da proposta do Governo, e ainda tem gente que me acusa de estar sendo cooptada pelo Governo. Outro ponto importante que gostaria de questionar é quem aqui é representante do atual conselho? Então pergunto, onde estão os outros membros deste conselho? Não vou entrar no mérito de falar nem da Prefeitura nem da sociedade civil, cadê a presidente do conselho? Não podemos levar em conta que vamos ser cooptados, isso existe quando se tem muito dinheiro envolvido e esse conselho não tem um centavo, não tem dinheiro, não tem sede e às vezes falta necessidades básicas como xerox, depende tudo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e não estou mentindo! Isso me deixa chateada quando as pessoas questionam que não querem paridade, vamos jogar justos. Vamos afinar o discurso também gente, não é só homofobia, é transfobia, lesbofobia e se aparecer a bifobia devemos incluir, vamos aguardar a contribuição deles também. Essas são as minhas contribuições, estou chateada porque em uma atividade como esta só temos um conselheiro representante da sociedade civil, eu perdi meu curso de inglês neste sábado mas garanti minha participação, pois acho o debate necessário e digo a todos, não quero ser conselheira deste município, quero ajudar os conselheiros e este conselho na construção deste e vou cobrar aos conselheiros e ao Governo a participação dos envolvidos, seja hoje em dia ou nas próximas formações.

Kátia (Coletivo LGBT PUC): Sou de um coletivo LGBT em formação da PUC, talvez o único coletivo LGBT presente aqui. Nossa luta é cotidiana e do dia-a-dia e nossa luta não vai passar e se realizar só por meios institucionais, temos que usar os meios institucionais como mecanismo e instrumentos para garantia de nossos direitos. É muito importante à participação da periferia, precisamos trazer isso, não podemos centralizar tudo no centro. Concordo realmente que seja paritário e pra mim independente de Governo ou não, todos nós somos sociedade civil. Por fim, a questão da autonomia, existe uma burocracia muito forte no Governo e todos nós LGBTs temos nossas demandas, se falamos em um conselho deliberativo temos que pensar na autonomia desse espaço e isso é fundamental.

Phamela Godoy: Quando falamos em coletivos nos referimos a toda forma de organização sem estatuto, quando falamos em entidades nos referimos aos grupos com

personalidade jurídica. As pessoas eleitas devem ter comprovação, garantir que apenas militantes participem e não burocratizar, isso será garantido pela comissão eleitoral. Os encaminhamentos deste processo serão publicados no site da SMDHC, o Governo vai considerar as informações e contribuições, as propostas que não forem incorporadas vamos justificar os porquês. No artigo primeiro fala que o conselho é autônomo e as representações de Governo se darão por meio de secretarias e esta representação não é pessoal e sim da secretaria.

Leo Barbosa (IBRAT): Enquanto Homem Trans sou a favor que haja três cadeiras pra todos, só que tem um problema, quando se fala das cadeiras para Transexuais sugiro que seja incorporada a este item, três cadeiras para homens trans e três cadeiras para mulheres trans, gostaria que fosse levado isso em conta e acho que seja correto porque são identidades diferentes e portanto necessidades diferentes.

Phamela Godoy: Para encerrar gostaríamos de dizer que ficamos felizes com o evento de hoje, fazer de fato participação popular não é fácil, conseguir discutir com vocês assuntos importantes não é uma tarefa simples, toda a equipe da coordenação presente hoje não esta fazendo hora extra e todos nós estaremos na segunda normalmente. Agradecer a todos os presentes, agradecer aos outros funcionários de outras secretarias que estão acompanhando este processo e chegaram mais cedo para organizar o espaço e em especial a todos que compareceram, sabemos que é um processo longo, que cansa mas só assim podemos construir de fato fazer uma sociedade melhor e uma política mais representativa. Lembrando que a consulta fica no ar ate dia 05 de setembro, quem desejar contribuir ainda da tempo, divulguem para mais pessoas, quanto mais pessoas contribuírem teremos um conselho mais forte e mais representativo, obrigada!

PROPOSTAS POR ESCRITO (Audiência Pública realizada em 23/08/2014):

1º PROPOSTA

Nome: André Alves Barreto

Telefone: (11) 9 8494 5884

e-mail: abarreto58@hotmail.com

Identificação da proposta:

Nova proposta () Supressão () Mudança de Redação ()

Proposta: Na parte que informa a relação de secretarias que participaria do conselho ao invés de inserir apenas uma pessoa da coordenação das subprefeituras colocar uma pessoa de cada subprefeitura, pois assim o poder e alcance do conselho é maior, abrangendo a todo o município.

2º PROPOSTA

Nome: Wellington Melo Lima

Telefone: (19) 9 9670 6315

e-mail: cwellingtonlima@gmail.com

Identificação da proposta:

Nova proposta () Supressão () Mudança de Redação ()

Proposta: Deixar clara a obrigatoriedade de uma conferencia municipal LGBT para o mandato do conselho, para que haja o real fortalecimento